DE SAUSSURE A BECHARA: EM BUSCA DE REGRAS E DEFINIÇÕES

Maria Iraci Sousa Costa (UFSM)

Resumo:

Tendo em vista que o princípio que rege a filosofia da linguagem é o estatuto que une a palavra à coisa, pretendo relacionar os princípios de Lingüística Geral postulados por Saussure com as concepções de Evanildo Bechara sobre gênero do substantivo, levantando os pontos em comum e as divergências dessa teoria lingüística com uma das gramáticas da Língua Portuguesa. Tomando como base a teoria de Gottlob Frege (1978), pretendo mostrar a ambigüidade da linguagem e a inadequação dos sistemas lógicos disponíveis, as conseqüências que isso traz para o ensino de língua em sala de aula e que postura o professor deve assumir diante de tantas contradições.

Palavras-chave: gramática, teoria lingüística, ensino.

Introdução:

A relação entre palavra e coisa foi muito estudada por diferentes estudiosos em diferentes épocas. Há muitos estudos a respeito, alguns mais conhecidos, outros menos. Diferentes estudiosos abordaram a relação nome e coisa, cada um dando um enfoque diferente, mas o que é senso comum é que essa relação se dá arbitrariamente. Essa arbitrariedade permite que a linguagem seja passível de equívocos e é exatamente sobre essa concepção que esse trabalho se apoiará.

Desenvolvimento:

Tendo em vista que há muitos trabalhos feitos a respeito da relação nome e coisa, deter-me-ei sobre os trabalhos de Gottlob Frege e Ferdinand Saussure. O primeiro é um filósofo alemão cuja obra não teve grande repercussão na época em que foi publicada, e o segundo é um lingüista genebriano cuja obra é o marco

inicial da Lingüística Imanente, mas que, assim como a obra de Frege, não teve grande repercussão na época em que o curso foi ministrado.

O trabalho de Saussure, publicado em 1916, aborda a relação nome e coisa atribuindo-lhe uma nomenclatura inicial de imagem acústica e conceito que mais tarde é substituída por significado e significante, respectivamente, cuja união recebe o nome de signo. Além disso, Saussure afirma que essa relação entre significado e significante é arbitrária, visto que não há um vínculo natural entre a idéia e a seqüência de sons. Na citação abaixo, Saussure argumenta sua afirmação comparando línguas diferentes:

> "Assim como a idéia de 'mar' não está ligada por relação alguma interior à seqüência de sons m-a-r que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra seqüência, não importa qual; como prova, temos as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra francesa *boeuf* ('boi') tem por significante b-ö-f de um lado da fronteira franco-germânica, e o-k-s (Ochs) do outro." (2006, 81-82)

Frege atribui uma nomenclatura diferenciada a mesma relação. Simetricamente a nomenclatura de Saussure, ele chama de referência a coisa, de sinal ou nome próprio o nome e a união dos dois ele chama de sentido. Saussure postula que signo é a união do significado com o significante, enquanto na concepção de Frege, o sentido é quem faz a mediação entre nome e coisa.

Frege, assim como Saussure, afirma que essa relação se dá arbitrariamente, pois uma determinada coisa pode ter mais de uma designação. Para exemplificar tal afirmação, Frege usa o exemplo "Estrela da Tarde" e "Estrela da Manhã", as quais tem como referência Vênus, mas apresentam sentidos diferentes. Como é possível perceber, um mesmo sentido tem expressões diferentes em diferentes linguagens, ou até na mesma linguagem; por isso Frege salienta a importância de

o indivíduo estar familiarizado com a linguagem ou com a totalidade de designações a que ele pertence.

Frege não postula uma regra geral para as orações, mas se propõe a responder algumas questões que ele mesmo coloca a respeito do sentido, do sinal e da referência.

Primeiramente, ele considera as sentenças assertivas completas, sobre as quais ele afirma possuir um pensamento, entendido por Frege como conteúdo objetivo. Por isso, ele coloca a seguinte questão: “Esse pensamento deve ser considerado como seu sentido ou como sua referência?”. Se uma palavra da sentença for substituída por outra que tenha mesma referência, mas sentido diferente, não haverá nenhuma influência sobre a referência da sentença. No entanto, o pensamento muda. Por isso, Frege conclui que o pensamento não pode ser a referência da sentença, mas deve ser considerado como seu sentido. Na verdade, trata-se aqui de substituir uma palavra por um sinônimo, mas como em português não existe sinonímia completa, o pensamento, ou seja, o conteúdo objetivo da sentença muda.

Ele também aponta a existência de sentenças, assim como partes de sentenças, que possuem sentido, mas nenhuma referência. No exemplo “Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca”, Frege afirma que essa sentença possui sentido, mas dificilmente Ulisses terá uma referência, pois se trata de um personagem imaginário e dificilmente alguma afirmação feita a seu respeito terá também uma referência. Já o pensamento permanece o mesmo se o nome “Ulisses” tem referência ou não. Desse modo, Frege denomina Valor de Verdade de uma sentença como sendo sua referência, considerando a circunstância de ela ser verdadeira ou falsa. Além disso, Frege afirma que o Valor de Verdade só pode ser reconhecido se considerarmos o pensamento junto com sua referência.

Frege passa a considerar também as sentenças subordinadas, onde ele levanta a seguinte questão: “É válido que as referências das sentenças subordinadas sejam valores de verdade[1]?” (1978, p. 71). Frege considera que divisão feita pelos

[1] Valor de verdade é entendido por Frege como a própria referência.

gramáticos das sentenças subordinadas em sentenças substantivas, adjetivas e adverbiais poderia ensejar que a referência de uma sentença subordinada não fosse um valor de verdade, mas algo similar à referência de uma parte da sentença cujo sentido não é um pensamento, mas apenas parte de um pensamento. Nessas sentenças, Frege afirma que as palavras têm suas referências habituais sem ter, contudo, um pensamento como sentido, nem um valor de verdade como referência. Para explicar tal afirmação, ele usa o exemplo "Quem descobriu a forma elítica das órbitas planetárias morreu na miséria". Nesse caso, o sentido da sentença subordinada não pode ser considerado um pensamento, pois o sujeito gramatical "quem" não tem um sentido independente, e apenas medeia a relação com a sentença conseqüente "morreu na miséria". Por isso a sentença subordinada é apenas uma parte do pensamento da sentença.

Frege, então, conclui que as linguagens têm como defeito de originar expressões que, por sua forma gramatical, parecem destinadas a designar um objeto, mas que em casos especiais não o realizam, pois para isso se requer a verdade da sentença. Além disso, Frege acredita que esse equívoco surge de uma imperfeição da linguagem, essas combinações de símbolos que parecem se referir a algo quer não tem, pelo menos até o presente, qualquer referência. Devido a essa "imperfeição" da linguagem, Frege propõe uma Ideografia, ou seja, uma linguagem logicamente perfeita que deve exigir que toda expressão construída como um nome próprio, a partir de sinais previamente estabelecidos, e de maneira gramaticalmente correta, designe de fato um objeto, e que nenhum sinal seja introduzido como nome próprio sem que lhe seja assegurada uma referência.

Frege é mais radical, pois não admite que um sinal não apresente uma referência, enquanto Saussure considera a possibilidade de signo ser representado apenas por seu significante. Na citação abaixo podemos constatar essa afirmação:

> "Um questão que confessamos não conseguir responder é chegar a um entendimento sobre esse ponto: chamaremos de signo o total, a combinação do conceito com a imagem [acústica]? Ou a imagem

> acústica pode se chamar signo? [...]. Seria preciso dispor de duas palavras diferentes. Nós faremos o possível para evitar confusões que poderiam ser muito graves. (Saussure citado por Simon Bouquet, 2000, p.230)

Mais tarde, Saussure sugere que os termos conceito e imagem acústica sejam substituídos por significado e significante. O fato é que, por trás de uma palavra sempre vai existir um conceito, mesmo que tal objeto seja abstrato. Essa ideografia de Frege pressupõe que todos os sinais que não apresentarem uma referência devem ser excluídos. Nesse caso, a gramática deveria eliminar o sujeito indeterminado, os artigos indefinidos, pronomes indefinidos, etc. A linguagem, como um todo, é ambígua, mas a gramática admite essa possibilidade. De acordo com Rodolfo Ilari (1985), a gramática tradicional apresenta vários problemas e muitas incoerências. Evanildo Bechara, um gramático de linha tradicional, ao tratar do gênero do substantivo, aponta a inexistência de uma justificativa para o uso do gênero do substantivo. A essa falta de justificativa, ele chama de “inconsistência do gênero gramatical”. Segundo Bechara, a distinção do gênero nos substantivo não tem fundamentos racionais, exceto a tradição fixada pela norma. Tal afirmação parece ser baseada nos princípios estabelecidos por Saussure, onde ele diz que a língua é um sistema de signos, e esses signos, por sua vez, são arbitrários, isto é, não há uma relação analógica entre significante e significado. Por apresentarem essa característica, é necessário que um determinado grupo adote uma convenção. Porém, essa convenção se dá inconscientemente. Bechara contesta essa convenção e, assim como Saussure, reforça a sua afirmação comparando línguas diferentes:

> “Assim é para nós o *sol* é masculino e para os alemães é feminino *die Sonne*, a *lua* é feminino e para eles masculino *der Mond;* enquanto o português mulher é feminino, em alemão é neutro das Weib. *Sal e leite* são masculinos em português e femininos em espanhol: *la sal e la leche*. *Sangue* é masculino em português e

> francês e feminino em espanhol: *le sang* (fr.) e *la sangre* (esp.). (2005, p. 133).

Além disso, ele cita a mudança de gênero como conseqüência dessa arbitrariedade:

> “Na variedade temporal da língua, do português antigo ao contemporâneo, muitos substantivos passaram a ter gêneros diferentes, alguns sem deixar vestígios (...)”. (ibid.)

Podemos remeter essa afirmação ao fenômeno que Saussure chama de Diacronia. Trata-se de um fenômeno Lingüístico de caráter acidental e particular que ocorre em todas as línguas sem poder ser evitado nem previsto. Esse fenômeno terá como resultado a mutabilidade do signo, o qual está subjugado à ação do tempo e da massa falante. O ponto em que Saussure e Bechara divergem é que, Saussure, enquanto lingüista e fundador da Lingüística, afirma que não é possível estabelecer regras em lingüística, segundo suas palavras “falar de leis em Lingüística Geral é querer abraçar um fantasma” . Tal afirmação se deve ao fato de a língua ser uma convenção, e é exatamente por se tratar de uma convenção é necessário que haja uma gramática que prescreva normas, evitando que os falantes se distanciem do padrão e permitindo que a comunicação se processe. O fato de Saussure falar que não há leis em Lingüística geral não se sobrepõe ao fato de existir uma gramática para cada língua. Ao fazer tal afirmação, Saussure está se baseando nos aspectos convencionais que todas as línguas estão subjugadas, e é por esse mesmo motivo que se deve a importância de uma gramática.

É senso-comum entre os lingüistas que as gramáticas não conseguem dar conta de todos os fatos lingüísticos, por isso, qual seria a intenção de Bechara ao levantar essas questões que estão fora do âmbito da Gramática Tradicional? Seria mostrar aos professores que ensinar língua não se restringe somente à gramática? Essa é uma questão que cabe somente ao próprio Bechara responder, mas não impede que cada um tire suas próprias conclusões.

Moura Neves (2002) considera um equívoco por parte dos professores acreditar que a leitura dos manuais de gramática garanta um bom desempenho lingüístico, pois não se pode conceber o ensino da língua só como ensino de gramática. Segundo uma pesquisa realizada por Moura Neves com 170 professores de Língua Portuguesa de 5ª a 8ª série em 1990, 100% dos entrevistados afirmaram *ensinar* gramática. Além disso, esses professores acreditam que seu trabalho "não serve pra nada". Com base nos resultados encontrados, ela coloca a seguinte questão:

> "Se a finalidade do ensino da gramática é levar a 'escrever melhor', se a gramática contemplada é um simples jogo de rotulação de classes e de funções sintáticas, realmente se tem de pôr em questão a validade da existência de uma atividade de ensino de gramática nas escolas." (2002, p. 239)

O fato é que, mesmo sabendo que ensinar língua não se restringe somente ao ensino da gramática, e que a língua não se delimita somente à norma culta e escrita, os professores empregam essa prática porque, segundo Moura Neves, não há uma receita de como dar aula de português, mas existe a possibilidade de

achar um meio através de questionamentos, pela discussão, pela recusa de receitas prontas e consideradas definitivas. A gramática não consegue ensinar tudo, mas a tentativa de inserir a lingüística no ensino fundamental se revelou frustradora:

> Houve um tempo em que o deslumbradamente se acreditou que as teorias desenvolvidas na ciência lingüística substituiram a malfadada e malfalada gramática tradicional, nas escolas de ensino médio (…) felizmente parece que já se desistiu. (Moura Neves, 2002, p. 255 e 256)

Pode-se atribuir a razão desse fracasso à maneira como a Lingüística foi inserida no curso de Letras. Tudo o que se tinha acumulado de informações e pesquisa foi "despejado" dentro do currículo de Letras. Esse atropelamento de dados contribui para que as diferenças fossem freqüentemente negligenciadas. Consequentemente a aplicação da Lingüística no ensino médio também foi um fracasso, pois o professor universitário não estava (e não está) preparado para relacionar a lingüística com o ensino de português. Esse equívoco deve-se ao fato de Lingüística e Lingua Portuguesa parecerem aos professores que não tem nada a ver uma coisa com a outra devido a essa segmentação de disciplinas, quando, na verdade a Lingüística tem como função fornecer instrumentos necessários para o ensino de língua. Outro fator que pode ter contribuido para esse fracasso, é essa tradição de transmitir conhecimento. A prática do ensino da gramática tem como função fixar a norma culta, enquanto a teoria lingüística tenta explicar o funcionamento da língua, tanto oral quanto escrita.

Se a gramática é contraditória e limitada, esse é um dos poucos instrumentos que o professor de português acredita dominar. Qual a causa dessa limitação e dependência do professor em relação a gramática? Para que serve as aulas de Lingüística ensinadas na Universidade? Será que há necessidade de ficar quatro anos na universidade assistindo as aulas de Lingüística se quando sairmos de lá iremos ensinar somente a gramática? Talvez a pergunta mais adequada seja: “o professor de português recebe na universidade uma formação necessária que lhe permita compreender - com todas as suas conseqüências - o que é língua em funcionamento, e, a partir daí, que lhe permita saber o que é ensinar a língua materna para os alunos que lhe são entregues?” (Moura Neves, 2002, p. 270). Só será possível responder qual a postura que o professor deve assumir diante das contradições da gramática no momento em que ele aprender a questioná-la, e esse é um dos papéis que cabe à responsável pela sua formação ensinar, a universidade.

Conclusão:

Pelo que foi possível entender na gramática de Bechara, há essa possibilidade de estudar língua ensinando Lingüística e gramática ao mesmo tempo. O próprio Bechara questiona a gramática, mesmo ele sendo um gramático. Isso prova que a gramática é muito limitada, e é imprescindível a sua relação com a Lingüística. Esta questão que o Bechara levanta tem fundamentação teórica em Saussure, o que atesta a influência dos estudos Lingüísticos sobre a gramática. Além disso, o trabalho de Frege nos permite refletir e até questionar essas inadequações da linguagem que até mesmo a gramática normativa aprova. Nem mesmo as

pesquisas realizadas pela Lingüística Aplicada conseguiram achar uma receita de como dar aula de português. Uma das constatações dessas pesquisas é que a transmissão de conhecimento não é o caminho mais adequado para ensinar língua, mas não há propostas sobre essa crítica. O que acontece na realidade é que o professor de português não está preparado para questionar a gramática, aceitando, assim, a sua dependência.

Referência Bibliográfica:

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BECHARA, Evanildo**.** *Moderna gramática portuguesa.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística Geral.* São Paulo: Cultrix, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Escritos de lingüística geral.* São Paulo: Cultrix, 2004.

BOUQUET, Simon*. Introdução à leitura de Saussure.* São Paulo: Cultrix, 2000

ILARI, Rodolfo. *A lingüística e o ensino de língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1985

MOURA NEVES, Maria Helena de. *A gramática – história, teoria e análise, ensino***.** São Paulo: UNESP, 2002.

FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem.* São Paulo: Cultrix, 1978.